

Guia prático sobre o planeamento e a execução de missões de seleção





A Agência da União Europeia para o Asilo (EUA), ou qualquer outra pessoa agindo em seu nome, não pode ser responsabilizada pela utilização que possa ser dada às informações abaixo apresentadas.

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2022

PDF ISBN 978-92-9487-052-0 doi:10.2847/709 BZ-06-22-116-PT-N

© Agência da União Europeia para o Asilo, 2022

Ilustração da capa, Irina_Strelnikova, © iStock, 2021

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte. A utilização ou reprodução de fotografias ou de outro material não protegido por direitos de autor da Agência da União Europeia para o Asilo deve ser autorizada diretamente pelos titulares dos direitos de autor.





Introdução à presente ferramenta

As informações apresentadas na presente ferramenta não são, de modo algum, exaustivas, representando antes uma compilação de orientações e dicas práticas sobre as formas de organizar uma síntese anual das entrevistas de reinstalação⁽¹⁾. O objetivo é apoiar os Estados-Membros da União Europeia e os países associados (países da UE+) no seu trabalho operacional de reinstalação.

Qual é a finalidade da presente ferramenta?

A presente ferramenta destina-se a servir de breve guia para acompanhar os funcionários de reinstalação na preparação e execução de uma missão de seleção de reinstalação. A fim de se prepararem adequadamente para essa missão, o presente guia contém uma síntese dos aspetos cujo cumprimento é considerado importante para a realização de uma missão bem-sucedida. Descreve uma série de atividades/elementos-chave a considerar através do processo de preparação (antes), execução (durante) e conclusão (após) a missão de seleção.

Quem deve utilizar o presente guia?

O guia prático destina-se principalmente a apoiar os funcionários que estejam a planear uma missão de entrevista num local no terreno ou num país terceiro, como líderes ou coordenadores de missão. Pode ser aplicado como ferramenta de qualidade para todos os profissionais que possam beneficiar de orientações ou informações adicionais relacionadas com a criação de missões. Pode ser considerado útil para os funcionários que nunca estiveram envolvidos na reinstalação e que poderão beneficiar de orientações adicionais, bem como para os funcionários com anos de experiência em reinstalação, que poderão utilizá-lo como lembrete no seu trabalho.

Porque foi criado?

Preparar e realizar uma missão no estrangeiro pode ser desafiante sob vários pontos de vista. Ao destacar e descrever alguns aspetos-chave relacionados com o trabalho de missão, o presente guia prático pode apoiar os funcionários dos países de reinstalação no seu planeamento operacional e ajudá-los a abordar os elementos centrais em tempo útil.

Que outras ferramentas e fontes de formação podem ser utilizadas?

Alguns exemplos nacionais estão disponíveis na Lista de verificação para a execução de missões de seleção. A lista de verificação segue a mesma estrutura que o presente guia prático.

⁽¹⁾ A presente ferramenta foi inicialmente desenvolvida no quadro do projeto *Facilitar a reinstalação e a admissão de refugiados através de novos conhecimentos* (UE-FRANK). O projeto foi financiado pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração, dirigido pela Agência sueca para as Migrações. No âmbito do processo de transferência do UE-FRANK, a Agência da União Europeia para o Asilo (EUAA) realizou um exercício de garantia da qualidade das ferramentas operacionais de reinstalação desenvolvidas neste projeto.





Planeamento e execução de uma missão de seleção

As missões de seleção no terreno constituem uma oportunidade importante para os Estados de reinstalação apreciarem um grande número de casos de reinstalação ao mesmo tempo através de entrevistas presenciais com os refugiados, familiarizando-se simultaneamente com o contexto de asilo e proteção da população refugiada. Depois de cada Estado de reinstalação ter determinado a dimensão e a composição do seu programa de reinstalação, no âmbito da sua colaboração com o ACNUR, a OIM e outros prestadores de serviços, a calendarização das missões de seleção é negociada. O planeamento e o acompanhamento de uma missão de seleção de reinstalação podem, em geral, ser divididos em três fases, ou seja, anterior à missão, durante a missão e após a missão. As considerações a ter em conta em relação a cada uma destas fases são descritas mais pormenorizadamente no presente guia prático.

PARTE I. ANTES DE UMA MISSÃO DE SELEÇÃO

Identificar as principais partes interessadas na reinstalação

A reinstalação baseia-se na colaboração entre várias partes interessadas e exige muita preparação logística de todos os participantes. As atividades de reinstalação global envolvem normalmente agências governamentais em países de reinstalação e as suas embaixadas no estrangeiro (onde existam), bem como o ACNUR, a OIM e, por vezes, ONG. Cada uma destas partes interessadas tem um papel a desempenhar no planeamento e apoio das missões de seleção de reinstalação. As missões são normalmente planeadas em conjunto entre algumas destas partes interessadas, a fim de obter a abordagem logística e o âmbito da seleção mais adequados. A participação de várias partes interessadas também contribui para o tratamento de vários aspetos práticos, tais como alojamento, transporte, segurança, calendário de reuniões, como obter dados biométricos, etc. A participação de cada parte interessada varia nas diferentes fases do processo de reinstalação. Consoante o país de reinstalação que executa a missão de reinstalação e do local onde a missão terá lugar, as principais partes interessadas podem variar, mas consistirão principalmente nos seguintes intervenientes-chave descritos nesta secção.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

O ACNUR foi criado em 14 de dezembro de 1950 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Foi-lhe atribuído o mandato de apoiar os governos com a sua responsabilidade de conferir proteção e soluções duradouras para os refugiados. A agência é mandatada para liderar e coordenar a ação internacional de proteção dos refugiados e resolver os problemas dos refugiados em todo o mundo. O seu principal objetivo é salvaguardar os direitos e o bem-estar dos refugiados. Esforça-se por garantir que todos possam exercer o direito de procurar





asilo e encontrar um refúgio seguro, com a opção de regressar voluntariamente a casa, integrar-se localmente ou reinstalar-se num país terceiro.

A reinstalação implica a seleção e a transferência de refugiados do país de asilo para um país terceiro que tenha aceitado acolhê-los como refugiados com estatuto de residência permanente ⁽²⁾ e um caminho aberto para a obtenção da nacionalidade.

Garantir a proteção internacional e procurar soluções duradouras para os refugiados continuam a ser os objetivos centrais do ACNUR. Embora estas tarefas sejam frequentemente referidas como funções distintas, na realidade são interdependentes, e a reinstalação desempenha um papel crucial na consecução de ambos os objetivos. A reinstalação constitui uma ferramenta para conferir proteção internacional e responder às necessidades específicas de cada refugiado em situação de risco particular. É também uma das três soluções duradouras, a par do regresso voluntário e da integração local. O ACNUR identifica e encaminha os refugiados mais vulneráveis para reinstalação. Para que o seu caso seja apresentado a um país de reinstalação, os refugiados devem cumprir os requisitos de apresentação de pedidos ao abrigo de uma ou mais das categorias de pedidos de reinstalação do ACNUR. As categorias de pedidos de reinstalação dizem respeito a necessidades individuais e específicas de proteção, e a utilização da reinstalação como ferramenta de proteção internacional exige, em geral, a identificação de pessoas particularmente vulneráveis dentro de um grupo de refugiados muito maior. Os pedidos de reinstalação são priorizados de acordo com a urgência do caso e encontram-se enumerados no *Manual de Reinstalação do ACNUR*.

O Serviço de Reinstalação (na sede do ACNUR em Genebra) lidera as discussões bilaterais e a colaboração com os países sobre a dimensão e a composição dos seus programas e coordena a distribuição, o acompanhamento e a supervisão da execução face aos objetivos fixados pelas operações do ACNUR no terreno. Tem um papel a desempenhar na determinação dos recursos necessários para o terreno e supervisiona certos aspetos qualitativos do processo. Além disso, a Unidade de Processamento na sede do ACNUR coordena e acompanha a distribuição e a utilização de quotas específicas para casos urgentes e de emergência aquando da apresentação dos dossiês. Estabelece igualmente a ligação entre os escritórios no terreno, o país de reinstalação e a OIM para uma rápida coordenação das viagens.

Os escritórios individuais do ACNUR no terreno desempenham um papel essencial na coordenação, no planeamento e na execução das atividades de reinstalação. Os escritórios no terreno identificam os refugiados, efetuam todo o processamento necessário e preparam os pedidos de reinstalação. Frequentemente, estabelecem contactos com os países sobre as características detalhadas de uma população refugiada e sobre diligências para as missões. Os escritórios no terreno são apoiados por um regime global de destacamento de peritos em reinstalação fornecidos pelas principais ONG parceiras do ACNUR ao abrigo de acordos e mecanismos de financiamento específicos.

Os centros de apoio regional coordenam e supervisionam a entrega de pedidos de reinstalação das operações na sua região, incluindo uma supervisão rigorosa da apresentação de dossiês para proteção urgente/de emergência e casos médicos. Desempenham um papel importante no controlo da qualidade, na distribuição de recursos em toda a região e na manutenção de estatísticas regionais sobre reinstalação.

⁽²⁾ Alguns países de acolhimento emitem o estatuto de residência permanente à chegada, enquanto outros emitem o estatuto temporário antes do estatuto permanente.





Organizações governamentais

Na União Europeia, várias autoridades estão envolvidas em programas de reinstalação. Normalmente, os programas são geridos por uma agência governamental, como as autoridades nacionais de imigração e acolhimento ou um ministério. São implementadas em conjunto com intervenientes como a polícia, os serviços de segurança, as autoridades locais, etc.

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

A OIM foi criada em 1951 para garantir a segurança e a dignidade dos movimentos de migrantes e refugiados vulneráveis. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, nenhum governo sozinho poderia ajudar os muitos sobreviventes deslocados a retomar as suas vidas, tendo a OIM sido criada para ajudar na reinstalação dos europeus deslocados pela guerra. Até hoje, transferir as pessoas para uma situação de segurança para dar início a uma nova vida continua a ser uma função nuclear da organização. Desde então, a OIM integrou-se na Agência das Nações Unidas para as Migrações, com 169 Estados-Membros, e a sua presença global alargou-se a cerca de 400 locais no terreno.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração humana e legal beneficia os migrantes e a sociedade. A OIM é a principal organização internacional que trabalha com migrantes e governos de forma semelhante para fazer face aos desafios da migração, reconhecendo simultaneamente os enormes benefícios potenciais da migração para os países de destino, para os próprios migrantes e para os seus países de origem.

A OIM trabalha em quatro áreas gerais: migração e desenvolvimento, facilitação da migração, regulação da migração e combate à migração forçada.

Embaixadas ou consulados nacionais

A representação nacional no país em que a missão tem lugar (ou a de outro Estado-Membro da União Europeia, se não houver uma representação nacional), constitui um elo de ligação permanente no processo de reinstalação. Tendo isto em conta, a cooperação e a participação da embaixada são importantes.

Organizações não governamentais (ONG)

Uma ONG pode participar na reinstalação, tanto a nível internacional como nacional. As atividades das ONG vão desde o trabalho político à defesa de causas e à prestação de apoio prático e serviços aos refugiados reinstalados.

A nível nacional, as ONG podem participar em muitos aspetos do processo de reinstalação — desde o apoio social e comunitário à assistência aos refugiados na procura de emprego e na aprendizagem de novas línguas. A participação das ONG pode ser feita de forma base voluntária, através da qual as ONG oferecem os seus serviços aos refugiados reinstalados nas mesmas condições que a outros refugiados. Em alguns países, as ONG são especificamente contratadas ou encarregados pelo Estado para prestar serviços a refugiados reinstalados.





Entre os exemplos de ONG envolvidas em processos de reinstalação contam-se as seguintes:

- Conselhos de refugiados
- Caritas
- HIAS
- Associações da diáspora.

Em alguns países, a Federação Internacional do Movimento da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho e as Sociedades Nacionais da Cruz Vermelha (não ONG) também têm uma ação no processo de reinstalação.

União Europeia

Embora a decisão de participar na reinstalação seja da competência dos Estados-Membros, a Comissão Europeia fornece um quadro comum e apoio financeiro através do financiamento do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI). Desde julho de 2015, está em vigor um regime de reinstalação europeu para proporcionar vias legais e seguras de entrada na UE e aumentar os esforços coletivos de reinstalação dos Estados-Membros.

Questionário anterior à missão

A fim de facilitar e coordenar os preparativos para as missões, o ACNUR elaborou um *Questionário anterior à missão para missões de entrevista de reinstalação (QAM)* e uma *Lista de verificação anterior à missão para missões de entrevista de reinstalação*. O QAM contém informações básicas sobre as datas da missão, o volume de casos previsto e os dados de contacto dos membros da equipa da missão, bem como informações sobre a organização das viagens e as instalações para as entrevistas e sessões de informação com o ACNUR. O planeamento precoce com o ACNUR pode ser facilitado através da utilização do QAM, que ajuda com o intercâmbio de dados e confirma que estão implementados os preparativos necessários. Este formulário é geralmente enviado de um lado para o outro por correio eletrónico até serem realizadas as diligências finais. A finalidade do questionário é ajudar a planear e coordenar as missões de entrevista de reinstalação. Não é obrigatório preenchê-lo. Trata-se, antes, de uma ferramenta que pode ser utilizada para facilitar os preparativos, sendo a sua utilização incentivada em situações em que a missão exige o apoio do ACNUR. Alguns países realizam também missões preparatórias (anteriores às missões) antes da missão de seleção propriamente dita, a fim de se reunirem com os parceiros no local e discutirem prazos, riscos e objetivos relativos à seleção.

No QPM, o país de reinstalação indica quantos casos podem ser submetidos. A prática normalizada do ACNUR consiste em apresentar em excesso cerca de 10 %. Deste modo, é possível compensar eventuais desistências e casos recusados, garantindo simultaneamente o preenchimento das quotas. Os dados do ACNUR mostram que as taxas de aceitação a nível mundial foram superiores a 90 %, nos últimos dois anos.





Critérios de seleção de reinstalação

Para além da definição de «refugiado», consagrada na Convenção relativa ao estatuto dos refugiados de 1951, os países de reinstalação podem ter critérios adicionais próprios sobre quem podem aceitar para reinstalação, em função da sua legislação nacional e das suas condições prévias individuais. Seguem-se exemplos de critérios que os países de reinstalação podem querer priorizar: casos médicos, pessoas em sério risco de serem confrontadas com violência e/ou tortura, sobreviventes de violência e/ou tortura, grupos vulneráveis, tais como agregados familiares a cargo de mulheres, famílias/grupos familiares ou pessoas solteiras. Os critérios de seleção são utilizados para orientar tanto a fase de pré-seleção como a de seleção no contexto da missão de seleção.

Embora os governos decidam se recorrem a critérios de seleção específicos, não devem ser ignorados os seguintes aspetos:

- assegurar que os critérios de seleção se baseiam nas necessidades e não são discriminatórios;
- ter em conta a vulnerabilidade do refugiado e a necessidade de proteção;
- selecionar um grupo equilibrado de pessoas, como pessoas com níveis baixos e elevados de literacia e competências linguísticas, na expectativa de que pessoas com aptidões e capacidades mais avançadas possam agir como pessoas de apoio e recurso para outros membros do grupo.

Não obstante este desejo de equilíbrio, importa salientar que o critério principal para a seleção dos refugiados deve sempre continuar a ser os antecedentes dos refugiados em termos de necessidades de proteção e reinstalação.

Preparativos da missão

Os preparativos de uma missão são diversos. Uma parte está coberta pelo QPM. Além disso, a OIM pode apoiar a UE+ com a facilitação e a diligências logísticas relacionadas com a execução de missões de seleção e/ou o processamento de vistos. Tal inclui alojamento, transporte, medidas de segurança, acesso a um contingente de intérpretes e de amas, transporte terrestre no país, equipamento, etc. A OIM trabalha em estreita colaboração com o ACNUR e com os países, por exemplo, na elaboração de calendários de entrevistas que se adequem ao contexto específico de um determinado país de acolhimento.

Esta secção destaca algumas das tarefas que têm de ser executadas na fase preparatória.

O volume de casos

Depois de os casos de reinstalação serem apresentados à sua agência, registe-os no seu sistema de registo nacional. Alguns países sentem igualmente a necessidade de manter uma ferramenta complementar, como uma folha de síntese ou um livro de registo. Para obter um exemplo de uma dessas ferramentas complementares, consulte o [Modelo de síntese anual dos casos de reinstalação apresentados](#). Se necessário, pode ser partilhada com os principais intervenientes na missão uma compilação ou uma síntese dos casos apresentados. Para que a missão de seleção prossiga sem problemas, é importante que o conjunto de dados seja confirmado por todos os principais intervenientes. Se os seus procedimentos





operacionais normalizados (PON) nacionais o exigirem, examine os ficheiros do ACNUR (FRR e outra documentação de apoio) sobre questões de segurança, incluindo, possivelmente, verificações nas redes sociais.

No final da fase de pré-seleção, é elaborada uma lista final das pessoas a entrevistar num calendário de entrevistas. Esta lista é habitualmente compilada pelo ACNUR ou pelo país de reinstalação e, por vezes, também pela OIM. O país de reinstalação geralmente envia o calendário de entrevistas ao escritório local do ACNUR no país de asilo onde terá lugar a missão de seleção. Para obter um exemplo do aspeto que um calendário de entrevistas poderá ter, consulte o [Modelo para o agendamento de entrevistas de seleção de reinstalação](#).

Avaliação dos riscos de segurança

O país de reinstalação pode efetuar uma avaliação dos riscos de segurança do destino e/ou do campo de refugiados no país de asilo ou pode ser o ACNUR a proceder à mesma.

Programa da missão

O programa da missão apresenta uma síntese dos aspetos cruciais da missão. Contém, em geral, uma lista de contactos, o plano da missão que inclui informações sobre as viagens (horas, número dos voos, etc.), os horários das entrevistas e outras atividades, como sessões de informação e reuniões de avaliação com o ACNUR, a OIM, a embaixada nacional ou as autoridades locais. Depois de o programa da missão estar pronto, partilhe este documento com os principais intervenientes.

Delegação da missão

As equipa da missão podem ser compostas por representantes de vários serviços governamentais e/ou agências externas. Selecione os membros da delegação de acordo com os acordos nacionais e/ou PON estabelecidos. É importante que as funções e responsabilidades respetivas de todos os membros da equipa de seleção sejam claramente definidas e bem ponderadas.

Os membros da delegação têm de receber, atempadamente, instruções relativas aos documentos de viagem (manter um passaporte válido e, possivelmente, um visto), bem como sobre eventuais necessidades de vacinação ou outros requisitos ou recomendações médicos.

O membro da delegação tem de ter em consideração o tempo necessário para pedir um passaporte, se ainda não tiver um. Se a sua embaixada ou o ACNUR o aconselharem, peça um passaporte oficial ou diplomático. Verifique sempre a validade do seu passaporte, pois, por vezes, este tem de ser válido por um período até seis meses após a data em que tencione regressar a casa.

Na maioria dos países em que se efetua a seleção, é obrigatório um visto de entrada. Assim sendo, são importantes os seguintes pontos:





- verifique a regulamentação aplicável em matéria de vistos;
- preencha o formulário de pedido necessário;
- verifique junto da embaixada em causa se é necessária uma carta de aprovação oficial;
- apresente o pedido atempadamente, em função das instruções constantes do sítio Web da embaixada;
- verifique a validade dos passaportes dos membros da delegação.

É importante verificar a situação sanitária no país em causa. O membro da delegação tem de ter em consideração o que é necessário em matéria de vacinação e outras medidas preventivas. Quando aplicável, vacine-se atempadamente (4 a 6 semanas antes da missão) e compra a medicação recomendada. Para obter informações sobre as vacinações e a medicação recomendadas, consulte o sítio Web da autoridade de saúde responsável ou contacte a sua embaixada nacional.

Para preparar os membros da delegação para as suas tarefas numa missão de seleção, é aconselhável organizar uma sessão de informação antes da missão de seleção. Durante a sessão de informação, é aconselhável tratar dos seguintes aspetos:

- conhecimentos básicos sobre o programa nacional de reinstalação;
- o plano da missão, incluindo informações relativas a viagens e o calendário de entrevistas;
- informações sobre o país onde a missão terá lugar, incluindo a situação dos refugiados e a situação em termos de segurança;
- o processo da missão;
- o horário de trabalho;
- aspetos orçamentais.

Os líderes ou coordenadores de missão podem querer que os participantes da missão consultem pacotes de informações logísticas relevantes ou material de leitura de base.

As informações relativas à situação no país de origem e no país de asilo dos refugiados em causa devem ser prestadas no contexto de reuniões e debates de pré-seleção. As informações sobre o país de origem (IPO), bem como as informações sobre o país de asilo, podem ser prestadas pela sua própria organização, pela sua embaixada nacional, pelo escritório do ACNUR no terreno e/ou por outras agências, incluindo ONG que trabalham no domínio da proteção internacional. Podem também ser obtidas informações relevantes a partir de diversas fontes em portais de IPO e de outras fontes na Internet.

Poderá ser necessário decidir quais as informações relativas à missão que devem ser tratadas como públicas e quais as informações que devem ser restringidas.

Além disso, poderá também ser necessário tomar decisões sobre a forma de tratar e transportar documentação sensível para ter em conta questões de segurança e confidencialidade. Os voos e o alojamento da equipa da missão de seleção devem ser reservados e confirmados pela sua agência de viagens o mais cedo possível.





Informação dos principais intervenientes

Os escritórios locais do ACNUR e da OIM devem receber todas as informações administrativas e logísticas relevantes relativas à missão de seleção. Estas incluem a lista de pessoas que a equipa da missão irá entrevistar, os nomes dos membros da equipa da missão, os itinerários de viagem, o número de equipas de entrevistas, o número de salas necessárias para a realização de entrevistas e eventuais serviços de interpretação necessários. Devem ser obtidos todos os vistos, vacinas e outra documentação necessária para os membros da equipa de seleção.

Se as entrevistas forem realizadas num campo de refugiados, as diligências relativas às instalações para as entrevistas, aos intérpretes, ao transporte e ao alojamento devem ser claramente indicadas no QPM e confirmadas pelo ACNUR. Deve também ter-se em conta que deve ser atempadamente solicitada às autoridades locais uma autorização oficial para entrar no campo de refugiados. Sempre que possível, é pedido às missões de seleção que se baseiem nos seus próprios recursos no que respeita ao espaço para realizar as entrevistas, ao transporte e ao equipamento, a fim de minimizar as perturbações nas operações do ACNUR no terreno, no país em causa. Em locais remotos e/ou de acampamento, o ACNUR poderá prestar assistência no alojamento, embora tal possa não acontecer em todos os contextos.

A embaixada ou o consulado (caso exista) deve ser informado da missão. Uma embaixada ou um consulado pode desempenhar um papel importante numa fase posterior na concessão de autorizações de residência e/ou na preparação de documentos de viagem temporários, se for necessário. Para obter mais informações sobre os preparativos, consulte a [Lista de verificação para a execução da missão de seleção](#).

Orçamento da missão

Uma missão de seleção no terreno significa viajar e permanecer num país estrangeiro. Os custos de uma missão de seleção enquadram-se geralmente no âmbito da regulamentação nacional relativa a missões ou visitas governamentais no estrangeiro. Nesse caso, é aconselhável familiarizar-se com esta regulamentação.

Recomenda-se a realização de um plano financeiro que inclua o que tem de ser pago (antecipadamente, no local ou posteriormente) e o que não será cobrado. Devem ser tidos em conta os seguintes custos possíveis:

- a utilização das instalações para as entrevistas;
- a utilização de intérpretes (em alguns casos, é necessário pagar diretamente aos intérpretes em numerário);
- o transporte para e das instalações para as entrevistas, do pessoal e dos refugiados;
- alojamento local da equipa da missão e, eventualmente, dos refugiados;
- cuidados infantis (amas);
- a alimentação diária dos refugiados, dos membros da missão e dos intérpretes;
- as ajudas de custo dos membros da missão;
- os voos dos membros da missão;





- custos com vistos dos membros da missão;
- se possível, quaisquer outros custos.

Além disso, é aconselhável esclarecer antecipadamente a quem devem ser pagos esses custos, por exemplo, ao ACNUR ou à OIM. Normalmente, a OIM tem acordos-quadro sobre a cooperação em matéria de reinstalação com a UE+, nos quais é abrangido o apoio logístico e operacional às missões de seleção. Dependendo do acordo que tem com a UE+, a OIM liquidará os custos através de um relatório financeiro ou de uma fatura que serão partilhados com a entidade titular do acordo-quadro com a OIM, com uma periodicidade determinada nos termos do acordo.

É importante saber antecipadamente quais são as opções de pagamento disponíveis no país onde a missão tem lugar. A sua embaixada, o ACNUR ou a OIM pode informá-lo sobre:

- a taxa de câmbio para a moeda local;
- a utilização de numerário;
- a utilização de cartões de crédito;
- a utilização de ATM.

No caso de estarem planeadas visitas ou reuniões (oficiais) no programa da missão, deverá informar-se previamente se é adequado dar ou oferecer alguma coisa. Tal pode ocorrer, por exemplo, no contexto de uma visita de cortesia às autoridades locais, de uma reunião com a embaixada ou uma organização internacional, ou de uma reunião de avaliação no final da missão. Estes eventos são adequados para demonstrar a sua cortesia ou gratidão pela mediação ou facilitação da missão. Estes custos podem igualmente ser incluídos no plano financeiro da missão.



PARTE II. DURANTE UMA MISSÃO DE SELEÇÃO

Reuniões com as partes interessadas no terreno

O trabalho da missão de seleção começa normalmente com sessões de informação e reuniões com o ACNUR e a OIM, conjunta ou separadamente. Cabe a cada missão decidir se toda a missão deverá participar nessas reuniões ou apenas o Chefe de Missão ou qualquer outra pessoa nomeada. A primeira opção é comum e recomendada porque envolve todos e permite o primeiro contacto direto com o pessoal no terreno. Se nada mais for particularmente solicitado, o ACNUR habitualmente informará a equipa sobre a situação dos refugiados no país de origem e no país de asilo, sobre os procedimentos de reinstalação do ACNUR e sobre a situação em termos de segurança (incluindo eventuais riscos médicos). A sessão de informação constitui igualmente uma oportunidade para os participantes da missão discutirem aspetos logísticos (por exemplo, eventuais alterações ao calendário de entrevistas) e/ou questões necessárias relacionadas com casos. Normalmente, o ACNUR também informará a equipa sobre os perfis dos casos submetidos a apreciação, incluindo eventuais casos específicos que pretenda destacar. Por vezes, se um Estado de reinstalação tiver indicado no QPM que está disposto a aceitar pedidos durante a missão, o ACNUR poderá querer discutir a possibilidade de acrescentar casos. Pode igualmente organizar uma visita ao terreno para melhorar o entendimento contextual da situação no país de asilo. Se outros parceiros também participarem na parte da reunião durante a qual forem discutidos casos específicos, certifique-se de que tem presente o princípio da privacidade e da confidencialidade.

Durante as reuniões iniciais com a OIM, podem ser discutidas questões práticas/logísticas. Estas poderão incluir, se forem fornecidos pela OIM, salas para entrevistas, intérpretes, transporte de refugiados para e do local da entrevista, alojamento e alimentação dos refugiados, medidas de

segurança, equipamento técnico (fotocopiadora, digitalizador, wi-fi, etc.), serviços de cuidados infantis, etc. A OIM salientará possíveis desafios operacionais que tenham de ser tidos em consideração no contexto desse país. Será igualmente debatido o processamento de vistos para os refugiados e outras diligências relativas a viagens. Poderão também ser discutidos com a OIM os detalhes de eventuais visitas técnicas a alojamentos de refugiados ou a instalações onde tenham lugar componentes do processo de reinstalação (como instalações médicas).

Se possível, também poderá ser útil organizar uma reunião separada com a embaixada do país de reinstalação, em algum momento durante a missão. Os funcionários da embaixada podem, por exemplo, fornecer à equipa da missão de seleção informações adicionais sobre o primeiro país de asilo e informações sobre a situação do país, em termos de segurança. Podem também estar interessados em obter uma sessão de informação por parte da equipa sobre o programa de reinstalação.

No(s) dia(s) da entrevista

Sessões de informação com intérpretes

Caso os intérpretes para as entrevistas sejam fornecidos pelo ACNUR ou pela OIM, certifique-se de que os intérpretes são devidamente informados antes do início das entrevistas. Tire algum tempo para se reunir com eles e para se apresentarem mutuamente. Esta é uma boa oportunidade para abordar qualquer código de conduta que se espera que a sua equipa e os intérpretes sigam, eventuais casos ou temas sensíveis que possam surgir durante o seu trabalho em conjunto e quaisquer questões logísticas (horário de trabalho, pagamento, etc.).



Uma vez que os vários países de reinstalação têm diferentes formas de trabalhar, talvez queira discutir com os intérpretes certos temas importantes para a sua equipa. Talvez também queira juntar um funcionário responsável pela análise dos processos com um intérprete. Alguns países informam os intérpretes sobre as normas de confidencialidade e profissionalismo expectáveis durante uma sessão de informação no início da missão de seleção. Normalmente, estas informações são prestadas pelo chefe de missão e o conteúdo sugerido para este tipo de sessões de informação é apresentado na Nota de orientação sobre a comunicação através de intérpretes.

Para além das sessões de informação, alguns países fornecem também aos intérpretes um documento chamado Código Deontológico. Se possível, este documento deve ser enviado aos intérpretes através da OIM ou do ACNUR antes da missão de seleção. O conteúdo do Código Deontológico é descrito na ferramenta mencionada no parágrafo acima. Durante as informações iniciais transmitidas pelo chefe de missão, pode ser perguntado aos intérpretes se leram o documento. O chefe de missão pode solicitar-lhes que assinem uma declaração na qual confirmam que leram este código e que estão prontos para trabalhar de acordo com os princípios nele descritos. É importante que o funcionário responsável pelo processo de reinstalação informe o intérprete antes da entrevista, a fim de se certificar de que este entende o que fazer.

Reconhecer normas de qualidade da interpretação

Se a delegação recorrer a intérpretes locais, alguns países de reinstalação fornecem àqueles cujos serviços sejam considerados satisfatórios uma carta de reconhecimento ou um certificado.

Sessões de informação com os refugiados

É uma prática comum dos Estados de reinstalação informar os refugiados e explicar-lhes o que esperar do processo de reinstalação antes do início das entrevistas, idealmente na manhã antes do início das primeiras entrevistas. Importa, no entanto, ter presente que, nesta fase, os refugiados se concentram muitas vezes na entrevista e podem ter dificuldade em recuperar e recordar o que lhes foi comunicado. Assim, é importante limitar a informação e centrar-se no mais iminente, ou seja, na própria entrevista e no processo de seleção. Este não é, provavelmente, o melhor momento para fornecer informações detalhadas sobre o país de reinstalação. No entanto, poderá ser útil destacar algumas mensagens fundamentais sobre o procedimento ou sobre as consequências da reinstalação (por exemplo, direito ao reagrupamento familiar, etc.).

As informações devem ser comunicadas verbalmente e podem ser apoiadas por brochuras informativas fornecidas a cada família ou pessoa. Para que esta sessão de informação seja o mais eficiente possível, tente organizá-la num ambiente tranquilo (sem crianças pequenas, se possível) e certificar-se de que o intérprete é bem compreendido. Pode ser recomendado limitar a sessão de informação a um máximo de 30 minutos. Durante estas sessões, os refugiados devem ser incentivados a fazer perguntas, para que possam vir preparados para as entrevistas.

No que se refere ao conteúdo de uma sessão deste tipo, os domínios mais importantes são resumidos na Nota de orientação sobre as sessões de informação preparatórias dos refugiados. Note-se que o conteúdo desta ferramenta é compilado de exemplos de vários países de reinstalação e deve ser adaptado para se adequar à regulamentação ou a contextos nacionais.





Entrevista de seleção

A principal componente de qualquer missão de seleção é a entrevista de seleção. As entrevistas são geralmente realizadas de forma individual e o objetivo é muitas vezes complementar as informações fornecidas no dossiê, procurando também recolher eventuais atualizações no caso concreto. A finalidade de uma entrevista de seleção é examinar fatores relacionados com a necessidade de proteção internacional e a necessidade de reinstalação. No entanto, as entrevistas de seleção nem sempre se limitam a este tema, e alguns países podem ter critérios adicionais, ou outros, enquadrados pelo seu contexto nacional. Para obter mais informações sobre as medidas que podem ser tomadas para preparar uma entrevista de seleção e como realizar uma entrevista de seleção no terreno, consulte o [Guia prático sobre o planeamento e a realização de entrevistas de reinstalação](#).

Após a entrevista de seleção (resultados da missão)

No final de cada dia de entrevistas, recomenda-se à equipa da missão que tome decisões preliminares relativamente a todos os casos examinados durante o dia. Os casos complexos ou outros casos em relação aos quais não tenha sido possível tomar uma decisão («casos pendentes») podem ser remetidos para o país de reinstalação para consulta. É útil identificar esses casos o mais cedo possível no processo, a fim de evitar o desperdício de tempo.

É igualmente útil organizar reuniões de avaliação entre os membros da missão com uma periodicidade regular para rever os casos aceites, pendentes e rejeitados. Isto é especialmente importante durante missões de seleção longas, quando um grande número de casos é avaliado diariamente.

Após a realização de todas as entrevistas, deve ser prestada atenção/efetuada uma análise adicional a/de todos os casos pendentes. Posteriormente, é tempo de elaborar a «lista em apreciação» ou a lista de «decisões finais», se a regulamentação nacional permitir/exigir a tomada de decisões antes do regresso da missão.

Uma reunião de avaliação com o ACNUR no final da missão de seleção é prática corrente para muitos países de reinstalação e é considerada útil. Permitirá à equipa da missão de seleção dar *feedback* sobre os aspetos logísticos e sobre os casos em que realizaram entrevistas. Se a OIM ou outra organização (por exemplo, uma embaixada) tiver estado envolvida na organização da missão, podem também ser convidadas para a parte da reunião de avaliação relativa à logística. Antes da reunião de avaliação final com o ACNUR, pode realizar-se uma reunião de avaliação interna com os membros da equipa da missão.

Esta permitirá ao chefe de missão identificar os temas a discutir com os parceiros. Os temas para discussão durante uma reunião de avaliação sobre os aspetos logísticos incluem:

Condições de trabalho

Qualidade das salas para entrevistas, mobiliário de escritório, privacidade suficiente para a realização de entrevistas, configuração da zona de espera, alimentação, instalações sanitárias, recursos para fotocópias/digitalização, ligação wi-fi ou outras questões tecnológicas, qualidade das medidas de segurança, possibilidade de trabalhar de acordo com o calendário (por exemplo, se os refugiados chegaram a horas, de manhã), colaboração com o pessoal do ACNUR ou da OIM responsável pela logística, organização de transporte para os refugiados e/ou a delegação, qualidade do alojamento para os refugiados e/ou a delegação, qualidade de outros serviços (por exemplo, amas, instalações na zona de espera para crianças) ou outras diligências em conformidade com o que foi solicitado no QPM.





Aconselhamento dos refugiados

Foram bem informados sobre a necessidade de trazer os documentos necessários? Os refugiados foram aconselhados de acordo com o que foi acordado?

Qualidade da interpretação se o ACNUR ou a OIM forneceram os intérpretes

As competências linguísticas e o profissionalismo dos intérpretes eram de alto nível? Os intérpretes foram pontuais e suficientemente flexíveis?

Na segunda parte da reunião de avaliação, os pedidos podem ser discutidos. Para esta parte da sessão de avaliação, é aconselhável que apenas esteja presente o ACNUR, tendo em conta o princípio da privacidade e da confidencialidade. Os temas que podem ser abordados nesta sessão incluem o seguinte:

Perfis, dimensão e constituição dos pedidos

Os perfis, a dimensão e a constituição dos pedidos estavam em conformidade com o que foi solicitado antes da missão e com os critérios de seleção (na maioria dos casos, esta informação foi comunicada ao ACNUR no QPM)? Os casos foram apresentados dentro do prazo acordado?

Durante esta sessão, o ACNUR pode também dar aos membros da missão de

seleção *feedback* sobre os requisitos acordados da sua parte.

A reunião de avaliação permite também que seja dado *feedback* preciso sobre a qualidade dos pedidos. Este *feedback* pode limitar-se a observações gerais sobre a qualidade do dossiê, mas podem também ser discutidos casos concretos. Os temas a discutir neste sentido podem incluir o seguinte:

- O conteúdo do dossiê está em conformidade com o conteúdo da entrevista realizada pela missão de seleção (por exemplo, contradições, discrepâncias, exatidão dos factos materiais do pedido de refugiado, listagem dos documentos disponíveis, composição da família)?
- A delegação da entrevista detetou sinais ou deparou-se com casos de exclusão, problemas de credibilidade ou de fraude?

Poderão igualmente ser discutidos casos concretos e alguns casos poderão necessitar de um seguimento específico por parte do ACNUR (documentos adicionais a apresentar). Se não forem comunicadas ao ACNUR decisões finais no final de uma missão de seleção, poderá ser útil informar o ACNUR sobre o resultado provável, especialmente nos casos em que já é claro que serão rejeitados.

Recomenda-se formalizar os resultados da reunião de avaliação no *Questionário após a missão para missões de entrevista de reinstalação do ACNUR* ⁽³⁾

⁽³⁾ <https://www.refworld.org/>



PARTE III. APÓS UMA MISSÃO DE SELEÇÃO

Processamento após a entrevista

Esta secção descreve os vários procedimentos que ocorrem após a entrevista e antes de ser tomada uma decisão final.

Decisão de seleção

As práticas de tomada de decisão diferem entre os vários Estados de reinstalação. Por exemplo, as decisões podem ser comunicadas ao ACNUR no final da missão de seleção, antes de a missão regressar a casa ou depois de a missão ter regressado ao país de reinstalação. Recomenda-se, se possível, a tomada de decisões preliminares durante a missão de seleção e, de preferência, no final de cada dia de entrevista. Alguns Estados consideram boa prática organizar reuniões diárias com a equipa de entrevistas para discutir os diferentes casos e chegar a uma decisão (preliminar). Isto não só permite discussões aprofundadas sobre os casos entre os funcionários superiores responsáveis pela análise dos processos e os funcionários responsáveis pela análise dos processos menos experientes, como também permite o intercâmbio de experiências mais gerais. Os casos podem ser claramente aceites ou rejeitados ou podem carecer de uma apreciação mais aprofundada. Os casos que carecem de uma apreciação mais aprofundada podem ser discutidos no final da missão de seleção ou após o regresso ao país de reinstalação, se tal for permitido pelo procedimento nacional.

Cada vez mais países obtêm dados biométricos (por exemplo, impressões digitais) durante as missões de seleção, a fim de efetuar controlos de segurança. A maioria dos países não recebe os resultados desses controlos durante a própria missão. Mesmo que fosse possível a esses países tomarem decisões sobre a elegibilidade durante a missão de seleção, não poderiam fazê-lo porque têm de

esperar pelos resultados dos controlos de segurança.

Pode acontecer que, após a entrevista de seleção, o país de reinstalação necessite de informações adicionais para poder tomar uma decisão final (por exemplo, documentos específicos que não foram apresentados durante a entrevista de seleção). Idealmente, esta informação deveria ser solicitada ao ACNUR durante a missão de seleção, mas também poderá ser necessário obter informações adicionais após a conclusão da missão de seleção. O ACNUR tentará então, tendo em conta a sua política em matéria de proteção de dados, responder a esta solicitação adicional, consultando as informações constantes do ficheiro ou, se necessário, contactando novamente o refugiado. Poderá também ser solicitado ao ACNUR que preste aconselhamento adicional a uma família específica, por exemplo, quando nem todos os membros das famílias concordam em ser reinstalados.

Processo de comunicação das decisões

A decisão pode ser comunicada ao ACNUR durante ou após a missão. Alguns países de reinstalação tomam decisões durante as missões de seleção. Esta prática tem algumas vantagens, porque permite que as decisões sejam apresentadas e explicadas ao ACNUR no final da missão durante uma sessão de avaliação. Os refugiados serão também informados da decisão logo após o final da missão de seleção, o que evita um longo período de incerteza.

A comunicação das decisões pode ser feita de diferentes formas. Por exemplo, pode ser enviada uma decisão formal sob a forma de uma carta para cada caso individual (aceite/rejeitado) ou uma lista com todos os casos e/ou pessoas aceites e rejeitados com base no número do processo do ACNUR, ou pode ser utilizada uma combinação de ambos os procedimentos. Idealmente, todas as decisões devem ser



enviadas num só lote. Deve ser evitada a comunicação separada para cada caso individual, através de correio eletrónico ou de outros canais de comunicação. As decisões devem ser enviadas às pessoas de contacto acordadas no ACNUR, por exemplo, o(s) ponto(s) focal(ais) do ACNUR para as missões de seleção no escritório no terreno, nos escritórios regionais, na sede do ACNUR (por exemplo, em casos de emergência/urgentes ou noutros casos complexos), etc.

Ao informar o ACNUR das decisões, poderá ser igualmente aconselhável acordar um prazo no qual os refugiados serão informados sobre o resultado da sua entrevista. Após este prazo, e uma vez que os refugiados o saibam, outras organizações (como a OIM, embaixadas, etc.) também podem ser informadas. Se estas organizações precisarem de ser informadas das decisões antes do prazo acordado com o ACNUR, deve ficar claro que os refugiados não podem ser contactados antes do termo deste prazo. Deve evitar-se que os refugiados sejam informados da sua decisão por qualquer outra organização que não o ACNUR, a menos que a prática nacional o obrigue a fazê-lo.

Quando um caso é rejeitado, é aconselhável informar o ACNUR das razões dessa rejeição. Se não for possível apresentar razões detalhadas, poderá ser possível fornecer informações mais gerais, por exemplo, de que o caso é rejeitado por razões de segurança, por motivos relacionados com os critérios de elegibilidade/exclusão (decisões prejudiciais) ou por razões de integração ou de ordem médica (decisões não prejudiciais). Tal permitirá ao ACNUR proceder a uma revisão do caso para avaliar se se poderá efetuar a apresentação de um novo pedido a outro país de reinstalação. Por isso, é útil que o ACNUR seja informado das razões das rejeições, porque fundamentará a decisão sobre as perspetivas de reinstalação do caso após a rejeição e o aconselhamento aos refugiados. Além disso, se um caso for apresentado de novo, o ACNUR também poderá informar o novo país de reinstalação das razões da rejeição. Se o país ao qual o

caso for apresentado de novo não tiver conhecimento das razões pelas quais o caso foi rejeitado anteriormente, o risco de ser novamente rejeitado é muito mais elevado.

As razões da rejeição podem ser comunicadas através de uma carta ou de uma mensagem de correio eletrónico, como documento comprovativo da lista de casos rejeitados, ou através de um modelo desenvolvido pelo ACNUR. Deverão ser evitadas práticas que permitam aos países de reinstalação devolver pedidos após a realização das entrevistas sem uma decisão.

Calendarização das comunicações

Regra geral, as decisões devem ser comunicadas ao ACNUR logo que possível. Deixar os refugiados num estado de incerteza por um período mais longo pode ter efeitos psicológicos negativos. Sugere-se que se discuta a calendarização das comunicações das decisões durante a reunião de avaliação com o ACNUR. É evidente que devem ser tidas em conta as prioridades dos pedidos (casos de emergência, casos urgentes ou casos prioritários normais). Se possível, deve evitar-se a comunicação de decisões ao mesmo grupo em momentos diferentes, uma vez que isso pode criar confusão nos refugiados em causa. De um modo geral, quanto mais tempo for necessário para um refugiado poder partir, maior será o risco para o refugiado.

Medidas anteriores à chegada

Antes de os refugiados partirem para o país de reinstalação, há que ter em conta vários aspetos. Muitos países abordam especificamente os preparativos antes da chegada em termos de formação ou de sessões de orientação. Para obter mais orientações sobre as medidas anteriores à chegada, consulte as ferramentas operacionais de reinstalação da Agência da União Europeia para o Asilo.





Avaliação da missão e *feedback* às partes interessadas

Após a missão, pode ser elaborado e partilhado com as partes interessadas nacionais relevantes um relatório da missão. Isto permitir-lhes-á tirar partido dos ensinamentos colhidos quando planearem futuras missões no mesmo país. O relatório da missão poderá incluir uma avaliação dos seguintes temas:

- preparação da missão;
- seleção dos funcionários responsáveis pela análise dos processos;
- aspetos logísticos (viagens, hotéis, etc.);
- orçamento: o orçamento final estava em conformidade com a previsão?;
- local da entrevista;
- intérpretes;
- entrevistas;
- avaliação do volume de casos;
- calendarização dos pedidos;
- conteúdo dos pedidos;
- perfis e vulnerabilidades dos casos apresentados;
- resultados da seleção;
- controlos de segurança;
- cooperação com o ACNUR;
- colaboração com outros parceiros: OIM, embaixada, outros;
- ensinamentos colhidos e recomendações para melhorias em futuras missões.





Serviço das Publicações
da União Europeia

